



Ata de Reunião

Assunto: Comissão Permanente de Ética
Redatora: Daiane de Jesus Gama
Local: Sala 305 M, Anexo I

Data: 03/10/2025
Horário: 9:20

No dia 03 de outubro de 2025, às 9:20 da manhã, compareceram à sala 305-M do Anexo I, os integrantes da Comissão Permanente de Ética - CPE, instituída por meio do Decreto Judiciário nº 856/2024, a equipe técnica-administrativa do colegiado composta pelas servidoras Letícia Marinho Eglem de Oliveira e Daiane de Jesus Gama, além da servidora Gabriela Ribeiro de Souza Figueira, assessora do Desembargador Renato Marques da Costa conforme deliberação ocorrida na reunião do dia 29 de agosto do ano corrente.

Iniciada a reunião, o Desembargador Renato Ribeiro Marques da Costa, Presidente da Comissão, a declarou instalada e passou a palavra a servidora Letícia Eglem para iniciar a discussão dos itens da pauta.

A referida servidora informou que a campanha “Conheça, Participe, Confie!” encontra-se em fase final, restando apenas as ações de gravação de entrevista e aplicação de formulário de avaliação.

No que diz respeito à entrevista, a servidora Letícia Eglem comunicou que servidor Neilto dos Santos Barreto Filho e o juiz de direito Dr. João Paulo da Silva Bezerra realizaram a gravação, em parceria com a Assessoria de Comunicação (ASCOM), abordando a importância da ética no serviço público, além de destacar as competências da Comissão Permanente de Ética. A ação será divulgada nos canais oficiais do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) após a conclusão da edição.

Após a divulgação da entrevista, será aplicado o formulário de avaliação da campanha, com o objetivo de aferir a percepção do público interno sobre o trabalho do colegiado. A proposta inicial é disponibilizar o formulário no formato *wallpaper* e por *e-mail* institucional. Na oportunidade a servidora Gabriela Figueira sugeriu, adicionalmente, que o formulário seja apresentado no formato de *pop-up*.

Em seguida, a servidora Gabriela Figueira questionou sobre a próxima campanha da CPE. A servidora Letícia Eglem informou que o juiz de direito Dr. Moacir Reis Fernandes Filho havia sugerido uma campanha sobre boas práticas no judiciário baiano. O Des. Presidente manifestou concordância, destacando a relevância do tema.

Neste sentido o juiz de direito Dr. Eduardo Carlos de Carvalho propôs que para próxima campanha fosse verificado o que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem pautado sobre o tema para alinhamento das ações de acordo com os critérios da instituição. Por oportuno, o mencionado juiz recomendou também que houvesse um programa de “Boas-Vindas” para estagiários. Proposta acolhida pelo Des. Presidente, que recomendou a realização de ações educativas voltadas a esse público.

Dando seguimento, a servidora Letícia Eglem iniciou a discussão do Relatório Mensal - Vigência Setembro de 2025 referente as atividades desempenhadas pela Comissão Permanente de Ética e por sua equipe técnica-administrativa. Foi informado aos presentes que



Ata de Reunião

Assunto: Comissão Permanente de Ética
Redatora: Daiane de Jesus Gama
Local: Sala 305 M, Anexo I

Data: 03/10/2025
Horário: 9:20

neste mês a CPE recebeu 3 (três) Notícias (denúncias), dentre estas 1 (uma) encontra-se em triagem preliminar, 1 (uma) encaminhada à Corregedoria competente e 1 (uma) arquivada por falta de comprovação de autenticidade. Foi pontuado também que 2 (duas) Notícias (denúncias) recebidas no mês de agosto encontram-se em análise pela Corregedoria competente.

Relacionado as Notícias (denúncias) recebidas no mês de setembro, a servidora Letícia Eglem compartilhou o teor das mesmas que, a princípio, apontam para desvios éticos relacionado a comportamento inadequado, discriminação, descumprimento de deveres funcionais, vedações e conflito de interesse. Neste sentido não foram emitidas recomendações pelos membros.

No tocante às ações administrativas, a servidora Letícia Eglem destacou a conclusão da parceria com a Coordenação de Desenvolvimento Organizacional de Pessoas (CODES), voltada ao encaminhamento, a pedido, de estagiários e voluntários para orientações administrativas e/ou atendimento psicossocial, caso seja possível. Com isso, foi atualizado o fluxograma do colegiado, atualmente publicado pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

Prosseguindo, foi apresentado aos membros a proposta de parceria do colegiado com o Núcleo de Justiça Restaurativa (JR) do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) a ser formalizada por meio do "Protocolo de Solicitação para Justiça Restaurativa". Deste modo, a servidora Daiane Gama explicou para os membros o conteúdo deste documento, destacando que o fluxo, a priori, tramitará por meio do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), em caráter sigiloso, respeitando o princípio da confidencialidade contido na resolução 225 do CNJ que trata da Justiça Restaurativa.

O protocolo foi idealizado com o objetivo de atender a procura de pessoas que buscam alternativas para a resolução de conflitos que não envolvam a formalização de Notícia (denúncia). Nesse contexto, os integrantes da Comissão deliberaram sobre a proposta apresentada pela equipe técnica-administrativa, solicitada pelo Presidente da Comissão, destacando a relevância da iniciativa e manifestando a expectativa de que a parceria seja firmada e o serviço disponibilizado ainda neste ano.

Na oportunidade, discutiu-se também uma possível parceria com a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de Todas as Formas de Discriminação, com o objetivo de incluir representantes da CPE nas visitas técnicas realizadas por aquela Comissão. A proposta encontra-se em análise pelos colegiados.

Por oportuno, o juiz de direito, Dr. João Paulo da Silva Bezerra sugeriu que a CPE integrasse futuramente na equipe do projeto "TJBA Mais Perto", a fim de apresentar o Código de Ética ao público e divulgar as ações da Comissão por meio de materiais educativos. A proposta foi aprovada por unanimidade.



Ata de Reunião

Assunto: Comissão Permanente de Ética
Redatora: Daiane de Jesus Gama
Local: Sala 305 M, Anexo I

Data: 03/10/2025
Horário: 9:20

Quanto à atualização do Decreto nº 483/2019, que trata do uso de trajes nas dependências do PJBA, requerido pela Presidente do Tribunal Des. Cinthya Maria Pina Resende, a servidora Letícia Eglem informou que a resposta da Comissão foi fundamentada, principalmente, de acordo com a Resolução nº 03/2023, que instituiu o Código de Ética e Conduta do PJBA. Este colegiado manifestou-se favorável à atualização do decreto, sugerindo também a capacitação dos agentes de portaria quanto aos procedimentos de controle de acesso às dependências do Tribunal.

No que concerne ao plano de trabalho da Comissão, foi informado pela servidora Letícia Eglem que ele continua em fase de construção pela equipe técnica-administrativa e que em breve será apresentado um esboço dos elementos que comporão o documento aos membros do colegiado.

Na oportunidade, a servidora Letícia Eglem explanou sobre o Sistema de Integridade do TJBA implantado no dia 25/09/2025. Esse sistema, à princípio, terá três canais de relatos: Comissão Permanente de Ética, Corregedoria e Ouvidoria. Por seu turno, a servidora afirmou que foi criado o Portal do Sistema de Integridade que está disponível no site oficial do TJBA. Informou que a CPE se encontra nesse portal em diferentes seções: comissões e comitês (com apresentação institucional e *link* direcionando o público para sua página); normativos (destaque para cartilha do código de ética); e ações (divulgando o curso sobre o Código de Ética e Conduta dos Servidores(as) do PJBA).

Em decorrência disso, sugeriu-se atualizar a página institucional da CPE com informações sobre o novo sistema, dada sua relevância no contexto do Sistema de Integridade. A servidora Gabriela Figueira propôs a inclusão de um parágrafo explicativo sobre o tema, e o servidor Neilto dos Santos recomendou a inserção de um *link* de acesso direto ao portal na página institucional do colegiado.

Por fim o Des. Presidente marcou para o dia 07/11/25 a próxima reunião da Comissão. Agradeceu a todos pela presença e deu por encerrada os trabalhos.

Ausente justificadamente, o juiz de direito Dr. Moacir Reis Fernandes Filho e a servidora Carmem Silvia Bonfim dos Santos Rocha.

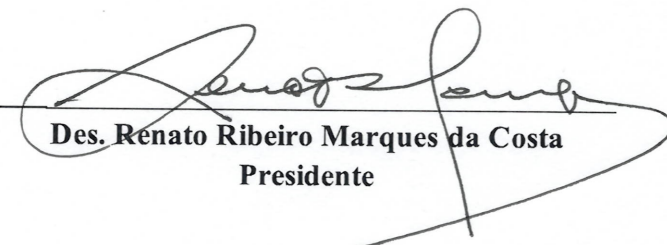
Assim, eu, **Daiane de Jesus Gama**, de ordem do Desembargador Renato Ribeiro Marques da Costa, subscrevo e encerro a presente ata de reunião com a assinatura de todos os presentes.



Ata de Reunião

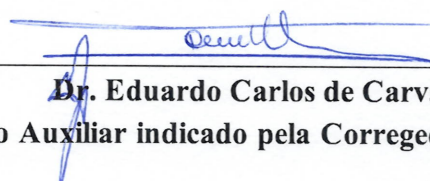
Assunto: Comissão Permanente de Ética
Redatora: Daiane de Jesus Gama
Local: Sala 305 M, Anexo I

Data: 03/10/2025
Horário: 9:20



Des. Renato Ribeiro Marques da Costa
Presidente

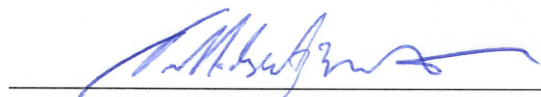
Dr. João Paulo da Silva Bezerra
Juiz de Direito eleito pelos Magistrados



Dr. Eduardo Carlos de Carvalho
Juiz de Direito Auxiliar indicado pela Corregedoria Geral de Justiça

(AUSÊNCIA JUSTIFICADA)

Dr. Moacir Reis Fernandes Filho
Juiz de Direito Auxiliar indicado pela Corregedoria das Comarcas do Interior



Neilto dos Santos Barreto Filho
Servidor indicado pelo Tribunal Pleno-Secretário da CPE



Ata de Reunião

Assunto: Comissão Permanente de Ética

Redatora: Daiane de Jesus Gama

Local: Sala 305 M, Anexo I

Data: 03/10/2025

Horário: 9:20

Aline Costa Rauen

Servidora indicada pela Secretaria de Gestão de Pessoas

(AUSÊNCIA JUSTIFICADA)

Carmen Silvia Bonfim dos Santos Rocha

Servidora indicada pelos Sindicatos e Associação dos Servidores

Antônio Nilson Euzébio dos Santos

Servidor eleito em votação direta pelos Servidores